

Luz no Túnel

Só aqueles que insistem em usar a moratória na dívida externa brasileira como cavalo de batalha política afirmam, hoje, que esse caminho rendeu algum dividendo à economia nacional. Só aqueles, portanto, que ainda querem embaralhar as regras do jogo econômico para perseguirem fins políticos pessoais podem ficar contra a normalização das relações brasileiras com os credores estrangeiros.

O passo que o ministério da Fazenda anunciou no fim da semana está na direção certa, nos demais níveis que podem ser identificados entre as mais prementes necessidades brasileiras: correção do déficit público, redução do endividamento interno, contenção da inflação e retomada de uma alta taxa de investimentos.

Como chegamos até este ponto e por que a situação brasileira se deteriorou tão drasticamente? É preciso separar o que sejam as aspirações legítimas de democracia dos erros que em seu nome foram cometidos, atropelando o que vinha andando certo e bem-arrumado nas administrações anteriores.

A verdade é que o Brasil passou da anterior para a atual República com reservas externas elevadas, um bom nível de exportações e em plena retomada do crescimento industrial. A verdade é que o ambiente político aberto e democrático poderia ter servido para voltar a atrair investimentos diretos de capital de risco no país (que ficaram a espera da mudança de regimes) e para acelerar o comércio externo, impulsionando o desenvolvimento industrial.

Nada aconteceu porque o Governo e sua base de sustentação política cederam às pressões populistas que nos brindaram com os sonhos do Cruzado, a queima das reservas, a hostilidade ao capital estrangeiro e um ambiente superprotecionista, causador de retaliações externas e freio nas exportações. Só recentemente o PMDB começou a dar sinais de sanidade, com suas lideranças mais lúcidas fugindo às pressões que resultaram nos engodos pré-eleitorais, na moratória e em medidas populistas cujo produto é o descrédito na administração, a inflação em espiral e a recessão.

O fechamento de um acordo preliminar com os credores externos deve ser considerado como um grande feito do ministro da Fazenda, capaz de aliviar parte das tensões existentes no Brasil e na comunidade financeira internacional. Não há a menor dúvida de que essa comunidade sente-se melhor com o retorno de um Brasil mais sério e menos mercurial ao seu convívio.

O acordo preliminar fechado pelo ministro demonstra e desmonta várias falácias. Não há demérito para o governo em reconhecer que voltou a patamares de negociação articulados quando o Banco Central era presidido pelo sr. Affonso Celso Pastore, em fins do Governo passado. Nem em admitir que, agora, precisa rever com urgência a forma como o Banco Central encaminhou algumas operações de conversão de dívida em capital. É possível negociar de forma responsável com os bancos, abrindo caminho para um acordo com o FMI e para o acesso a capitais fixos mais baratos. É possível conseguir comissões mais baixas, o que se reflete

no *spread* de 0,8125, semelhante ao da renegociação do México. É possível refinar parte dos juros devidos e negociar o reescalonamento de cerca de 67 bilhões de dólares para vencimentos em prazos mais longos. É possível, afinal, normalizar os créditos de curto prazo sobre os quais os país lastreia boa parte de seu comércio exterior, e que vinham se equilibrando numa corda bamba desde quando as autoridades em Brasília embarcaram na radicalização da moratória. É possível melhorar o comércio exterior brasileiro, acabando com a falácia que os radicais plantaram do isolamento do país, hoje com uma das mais baixas taxas das novas nações industrializadas na relação comércio exterior/PIB. O Brasil precisa exportar para importar.

É uma pena que o Presidente da República esteja começando a governar com pessoas e atitudes coerentes e lúcidas apenas no fim do seu mandato. É com ações positivas, e não com conversa ao pé do rádio, que o país se sensibiliza. O trabalho desenvolvido em curto espaço de tempo pelos ministros da Fazenda e do Planejamento demonstra quanto é importante para o país produzir resultados concretos, capazes de restaurar a confiança no ambiente empresarial e reconquistar investimentos perdidos. O presidente e o grupo moderado dentro de seu governo estão tomando, agora, atitudes tão importantes quanto o significado de terminar a Constituinte. Pois o país não pode sentar-se sobre os escombros da política econômica herdada dos três anos passados e da banda de música populista para entrar numa nova moldura intitucional com a economia em farrapos.

O acordo com os bancos abre caminho para um equilíbrio delicado que deve existir entre dívida externa, déficit público, taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, superávit comercial e taxa de inflação. Todos esses pontos estão intrinsecamente amarrados. Para que o país possa investir um percentual maior em relação ao seu produto bruto é necessário atacar o déficit público, reorientando as funções e os níveis de produtividade do Estado.

O Estado brasileiro está inchado, é ineficiente e pressiona as taxas de juros através de uma dívida interna que saltou de 14% do Produto Interno Bruto em 1984 para cerca de 19,3% em 1987.

Esse enorme endividamento interno deve ser contido mediante programas de privatização, que podem reorientar as empresas públicas para o mercado de capitais e o investimento produtivo. Essas empresas, cujos gastos, por óbvios motivos políticos, jamais serão cortados enquanto permanecerem nas mãos do governo, poderão reencontrar o caminho da eficiência se tiverem seu capital aberto ao público e forem amplamente democratizadas.

É um engodo e uma mentira dizer que o déficit público não pode ser reduzido. Não pode, sim, enquanto o governo não abrir mãos do uso político dos instrumentos de que dispõe, entre eles o de fazer inchar a máquina estatal, para depois descarregar os impostos sobre as costas dos contribuintes.